



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5006688-93.2019.4.04.7204/SC**

**RELATORA:** DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

**APELANTE:** MARIA GORETE PEREIRA FAUSTINA (AUTOR)

**ADVOGADO:** RENATA BRISTOT INACIO (OAB SC040354)

**ADVOGADO:** ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO (OAB SC016981)

**APELADO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO  
CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE  
INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO  
POR DANOS MORAIS. CONTRATOS  
BANCÁRIOS. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE  
DEFESA DO CONSUMIDOR. INVERSÃO  
DO ÔNUS DA PROVA. ADESIDADE  
DO CONTRATO. LIMITAÇÃO  
TARIFAS BANCÁRIAS. SERVIÇOS PACTUADOS E  
DISPONIBILIZADOS PELA INSTITUIÇÃO  
BANCÁRIA.

1. Não se configura cerceamento de defesa quando desnecessária a produção da prova pretendida pela parte, podendo o juiz julgar antecipadamente a lide quando a controvérsia é apenas sobre matéria de direito, em obediência aos princípios da economia e celeridade processuais.

2. É pacífico o entendimento de que se aplica o Código de Defesa do Consumidor às relações contratuais firmadas com as instituições financeiras, tendo em vista o disposto no enunciado nº 297 da súmula da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Todavia, a inversão do ônus da prova não é automática e subordina-se ao critério do juiz, quando for verossímil a alegação ou quando o postulante for hipossuficiente (art. 6º, inciso VIII, Código de Defesa do Consumidor), o que não restou comprovado no caso dos autos.

3. O princípio da autonomia da vontade não encontra restrição no contrato de adesão porque nele permanece a garantia à liberdade de aderir ou não às estipulações padronizadas.

4. Havendo previsão contratual, não há qualquer ilegalidade na cobrança de taxas e/ou tarifas. A não-utilização dos serviços bancários não exime o correntista do pagamento dos

respectivos encargos, pois eles foram pactuados entre as partes e disponibilizados pela instituição financeira.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2020.

---

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002104654v5** e do código CRC **bcc184e2**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA  
Data e Hora: 21/10/2020, às 11:24:33

---

**5006688-93.2019.4.04.7204**

**40002104654.V5**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5006688-93.2019.4.04.7204/SC**

**RELATORA:** DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

**APELANTE:** MARIA GORETE PEREIRA FAUSTINA (AUTOR)

**ADVOGADO:** RENATA BRISTOT INACIO (OAB SC040354)

**ADVOGADO:** ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO (OAB SC016981)

**APELADO:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

**RELATÓRIO**

Trata-se de ação ajuizada por Maria Gorete Pereira Faustina em face da Caixa Econômica Federal – CEF objetivando a condenação da ré ao cancelamento de todos os encargos incidentes sobre sua conta-corrente, bem como ao pagamento de indenização por danos morais. Narrou que, ao contrair empréstimo consignado junto à ré, foi compelida a abrir uma conta-corrente, o que lhe impôs a cobrança de "altos encargos". Afirmou, ainda, que além do fato de a ré, ilegalmente, tê-la compelido a abrir a conta, esta fora utilizada tão-somente para fins de recebimento do seu salário, de maneira que prescinde da cobrança de taxas, tarifas e encargos. Argumentou, também, que nunca utilizou o limite de crédito disponibilizado pela ré, razão pela qual não são devidos os encargos exigidos pelo banco.

Processado o feito, sobreveio sentença de improcedência cujo dispositivo tem o seguinte teor:

**III - DISPOSITIVO**

*Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.*

*Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atualizado pelo IPCA-E desde o ajuizamento, considerando a relativa complexidade e importância da causa, a desnecessidade de dilação probatória, a interposição de agravo de instrumento, o zelo e a boa qualidade do trabalho profissional dos patronos da ré, atendido o disposto no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC. A exigibilidade dos ônus sucumbenciais ora impostos, contudo, resta suspensa, diante do deferimento de gratuidade da justiça, na forma do artigo 98, § 3º, do CPC.*

*Sentença registrada e publicada eletronicamente. Intimem-se.*

*Havendo interposição de recurso e observadas as formalidades dos §§1º e 2º do art. 1.010 do CPC, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (art. 1.010, § 3º, do CPC).*

*Oportunamente, dê-se baixa.*

Irresignada, a parte autora apelou. Em suas razões, suscitou a preliminar de cerceamento de defesa ao argumento o feito foi julgado antecipadamente, sem que o juízo lhe permitisse se manifestar sobre a contestação. No mérito, afirmou que a CEF agiu de forma ilegal e abusa ao cobrar-lhe taxas, tarifas e encargos pela contratação obrigatória do serviço de conta-corrente, necessário à liberação do empréstimo consignado, pois tal conta não foi utilizada para fazer movimentações bancárias, e sim apenas para o recebimento de seu benefício previdenciário, "sob o qual não podem ser exigidos encargos bancários ante o caráter alimentar da verba previdenciária". Disse que não pretende a anulação do negócio jurídico, embora tenha assim constado na peça inaugural, mas a declaração de inexistência dos débitos oriundos das cobranças de encargos bancários indevidos. Fez menção à vedação da prática denominada de "venda casada" pelo Código de Defesa do Consumidor e que a CEF não acostou aos autos o contrato que deu origem aos descontos e encargos, não sendo possível aferir em que data tais exigências bancárias tiveram início, devendo, ante a ausência de tal dado, ser afastada a decadência nos termos do artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil, c/c artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Destacou que o contrato trata-se de mútuo com prestação continuada, de modo que o consumidor fica "a todo momento subordinado aos descontos efetuados mensalmente" e que deve ser aplicado o instituto da inversão dos ônus da prova no caso concreto a fim de compelir-se a instituição financeira a apresentar os documentos comuns às partes e que podem demonstrar a ocorrência da "venda casada". Finalmente, insurgiu-se contra as cláusulas unilateralmente fixadas pelo banco, concluindo que restou demonstrada a verossimilhança das alegações contidas na petição inicial, devendo ser acolhido o recurso para que a sentença seja reformada, afastando-se a decadência, determinando-se a inversão do ônus da prova a fim de compelir a CEF à apresentação dos documentos comuns às partes e julgando-se procedente o pedido, com a condenação da CEF ao ressarcimento de todos os encargos que exigiu indevidamente da apelante e nos ônus da sucumbência.

Com contrarrazões, foi feita a remessa eletrônica dos autos a este Tribunal.

É o relatório.

## **VOTO**

### **Preliminar de Cerceamento de Defesa**

Não se configura cerceamento de defesa quando desnecessária a produção da prova pretendida pela parte, podendo o juiz julgar antecipadamente a lide quando a controvérsia é apenas sobre matéria de direito, em obediência aos princípios da economia e celeridade processuais. Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp 797.184, 1ª Turma, rel. Ministro Luiz Fux, DJU 9-4-2008; REsp 897.499, 2ª Turma, rel. Ministro João Otávio de Noronha, DJU 20-4-2007) e deste Tribunal, transcrevendo-se a título de exemplo o seguinte julgado:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AFASTAMENTO DE SERVIDOR. DENÚNCIA CRIMINAL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. - O cerceamento de defesa não resta configurado quando desnecessária a produção da prova, pretendida pela parte, impondo-se o julgamento antecipado da lide em que se controverte apenas sobre matéria de direito, em obediência aos princípios da economia e da celeridade processuais. (...) (TRF4, APELREEX 2007.70.08.000105-9, 4ª Turma, rel. Juiz Federal Sérgio Renato Tejada Garcia, D.E. 31-8-2009)*

Tem o magistrado o poder-dever de julgar antecipadamente a lide ao constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento. É do seu livre convencimento o deferimento de pedido para a produção de quaisquer provas que entender pertinentes ao julgamento da lide.

No caso concreto, ainda que não tenha sido juntado o contrato pela CEF, da narrativa da inicial é possível aferir que a parte autora insurge-se contra a contratação do serviço de conta-corrente que lhe foi exigida para a liberação do empréstimo consignado, alegando a inexigibilidade dos encargos correlatos ao argumento de que o contrato é nulo porque foi "compelida" a abrir a conta para obter o empréstimo e que a cobrança de encargos não se justifica porque não movimentou dita conta-corrente, limitando-se a usá-la para receber seu benefício previdenciário. A discussão independe de que se examine pontualmente as cláusulas do contrato, pois a tese autoral é genérica, isto é, impugna a cobrança de taxas, tarifas e encargos de modo geral. Alega-se que o fato de a conta não ter sido utilizada para movimentações bancárias seria suficiente para a exclusão dos encargos bancários, e que a CEF agiu de forma ilegal e abusiva ao impor-lhe e cobrar-lhe tais encargos. Nas razões de recurso, a parte explicitou que, na realidade, não pretende a anulação do negócio jurídico, mas sim a declaração de inexistência dos débitos oriundos das cobranças de encargos bancários indevidos.

Como se observa, é perfeitamente possível delinear-se a lide a partir da narrativa constante na inicial e na contestação, não sendo essencial, no específico caso deste processo, a juntada do contrato questionado, pois, repita-se, a insurgência é contra a cobrança de encargos bancários como um todo e ao fundamento de que a conta-corrente não foi movimentada.

Sob outro aspecto, a alegação de que a parte não foi intimada para apresentar réplica não merece prosperar. Na decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência (evento 19), o juízo consignou ao final a ordem para que a parte autora fosse intimada depois da apresentação da defesa para que se manifestasse, inclusive para que juntasse planilha com o valor que entendia devido a título de danos materiais. Essa intimação foi providenciada (eventos 20 e 22) e a parte peticionou depois da apresentação da resposta da ré. Logo, teve ciência da contestação.

Demais disso, no despacho do evento 33 a parte autora foi intimada para que dissesse se havia questões de fato que demandassem da produção de outras provas além das já produzidas nos autos, bem como para que delimitasse as questões de direito relevantes para a decisão de mérito. Regularmente intimada (eventos 34 e 36), renunciou ao prazo assinado pelo juiz (evento 38).

Logo, não há que se falar em cerceamento de defesa.

### **Responsabilidade Civil Objetiva dos Bancos**

A responsabilização civil dos bancos envolve a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, diploma que, na forma dos artigos 2º e 3º, § 2º, da Lei 8.078/90, bem como do enunciado nº 297 da súmula da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, abrange as operações bancárias.

Responde objetivamente o banco pelos danos causados por simples falta do serviço em razão do risco inerente à atividade que exerce (artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor), o que significa dizer que não importa se a instituição bancária agiu com ou sem culpa. Basta a existência de um defeito do serviço bancário aliada à ocorrência de um dano, interligados por um nexo de causalidade.

### **Inversão do Ônus da Prova**

O fato de ser aplicável o Código de Defesa do Consumidor às relações contratuais firmadas com instituições financeiras não acarreta, de forma imediata e automática, a aplicação do instituto da inversão do ônus da prova. Para tal desiderato, faz-se necessária a comprovação dos requisitos previstos no diploma consumerista, notadamente em seu artigo 6º, inciso VIII, tais como a condição de hipossuficiência e a plausibilidade da tese defendida.

Desta forma, tem-se que a incidência do Código de Defesa do Consumidor não implica necessariamente o prévio reconhecimento da necessidade de inversão do ônus da prova, devendo tal ser apreciada em cada caso. Ademais, o só fato de o contrato ser de natureza adesiva não o inquina de nulidade, sendo necessária a demonstração de abusividade e excessiva onerosidade. Nesse sentido:

*CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. OPERAÇÕES DE DESCONTO. APLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA É pacífico o entendimento de que se aplica o CDC às relações contratuais firmadas com as instituições financeiras, tendo em vista o disposto na Súmula 297 do STJ. A inversão do ônus da prova não é automática e subordina-se ao critério do juiz, quando for verossímil a alegação ou quando o postulante for hipossuficiente (art. 6º, VIII do CDC). (...). (TRF4, Apelação Cível 5004299-28.2011.404.7007, 4ª Turma, rel.ª Des.ª Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 24-4-2013)*

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS MONITÓRIOS. CONTRATO BANCÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA. APLICAÇÃO DO CDC . INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA . LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. JUROS DE MORA. MULTA CONTRATUAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. (...) A inversão do ônus da prova , como mecanismo de facilitação de defesa, não é automática e subordina-se ao critério do juiz, quando for verossímil a alegação ou quando o postulante for hipossuficiente (art. 6º, VIII do CDC ). (...)" (TRF4, AC 1998.70.03.012756-1/PR, rel.ª Des.ª Federal Sílvia Maria Gonçalves Goraieb, D.E. 21-6-2007).*

Neste contexto, os efeitos práticos da incidência das normas e princípios do Código de Defesa do Consumidor, decorrerão de comprovação de abuso por parte do agente financeiro, ônus excessivo, desvantagem exagerada, enriquecimento ilícito da mutuante, nulidade de cláusula contratual, ofensa aos princípios da transparência e da boa-fé etc.

No caso dos autos, não restou comprovada nenhuma das situações acima elencadas, de modo que não cabe falar em inversão do ônus da prova.

### **Exibição de Documentos pela CEF**

Outrossim, quanto à possibilidade de determinação à CEF para que exiba documentação, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.349.453/MS, sob o rito dos recursos repetitivos, consolidou entendimento no sentido de que até mesmo no caso de ação cautelar de exibição de documentos é necessário a comprovação do prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável e o pagamento do custo do serviço. Transcreve-se a ementa do referido julgado:

*PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da*

*existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1349453, 2ª Seção, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 2-2-2015).*

Nesse contexto, cabe ainda registrar que este Tribunal Regional Federal tem entendido que a juntada de aviso de recebimento não se presta para comprovar a existência de prévio requerimento administrativo, na medida em que a CEF não tem obrigação de fornecer extratos da conta corrente e/ou cópia do contrato por correspondência em resposta a eventual notificação extrajudicial que tenha recebido.

*AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE TARIFAS. SUCUMBÊNCIA. Carece de interesse de agir; para a ação de exibição de documentos, a parte que não demonstra ter apresentado requerimento administrativo a fim de obter a documentação pretendida. A juntada de aviso de recebimento não se presta para tal fim, na medida em que a CEF não tem obrigação de fornecer extratos da conta corrente e/ou cópia do contrato por correspondência em resposta a eventual notificação extrajudicial que tenha recebido. 2. Ademais, é devido o pagamento de tarifas para o fornecimento de 2ª via de contratos e/ou extratos de conta-corrente, não havendo motivo para, onerando as instituições financeiras, dispensar o pagamento na via judicial. (TRF4, AC 5012782-76.2013.404.7201, 4a. Turma, Des. Federal MARGA INGE BARTH TESSLER, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 09/09/2014)*

Ademais, segundo o entendimento deste Tribunal, é devido o pagamento de tarifas para o fornecimento de 2ª via de contratos e/ou extratos de conta-corrente, não havendo motivo para, onerando as instituições financeiras, dispensar o pagamento na via judicial. Tal circunstância em nada se altera pela aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

*CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS E EXTRATOS DE CONTA CORRENTE. INTERESSE DE AGIR. EXIGÊNCIA DE TARIFA BANCÁRIA. Presente o interesse de agir da requerente pois a resistência da instituição bancária restou configurada no momento em que exigiu o pagamento de tarifa para a apresentação de cópia dos documentos, cuja exibição sem custo é buscada pela requerente. Cabível a cobrança de tarifa para o fornecimento de segunda via de documento bancário. Precedentes deste Tribunal. Ação improcedente. (TRF4, Apelação Cível 5013680-41.2012.404.7002, 4ª Turma, rel. Des. Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, juntado aos autos em 31-5-2013)*

*AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS E EXTRATOS DE CONTA CORRENTE. SEGUNDA VIA. **TARIFAS** BANCÁRIAS. VALIDADE DA COBRANÇA. PRECEDENTES. 1. São válidas as **tarifas** para as segundas vias de documentos bancários. Os documentos que já foram*



*disponibilizados não são gratuitos, devendo os correntistas arcarem com as custas de suas cópias. (TRF4, AC 2003.72.08.005309-5, Terceira Turma, Relator Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, publicado em 26/05/2004) 2. Decisão mantida. (TRF4, Agravo Legal em Apelação Cível 5003940-84.2011.404.7005, 3ª Turma, rel. Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, juntado aos autos em 29-3-2012)*

Na petição inicial a apelante requereu a juntada pela CEF da documentação relativa ao contrato objeto do feito, sem apresentar a comprovação do prévio requerimento não atendido em prazo razoável, nem tampouco prova do pagamento devido a tal fim.

Logo, deve ser negado provimento ao recurso no ponto.

### **Adesividade do Contrato**

O princípio da autonomia da vontade não encontra restrição no contrato de adesão porque nele permanece a garantia à liberdade de aderir ou não às estipulações padronizadas.

Nesse aspecto, é certo que, no caso em apreço, a parte não foi compelida ou coagida a contratar. O contrato se perfez, não obstante a sua espécie, em observância ao princípio do consensualismo, peculiar e imprescindível às avenças, de modo que, ofertando o agente financeiro as condições sob o manto das quais o pacto seria concretizado, ela poderia optar por anuir àquelas condições ou não. Com isso, a manifestação de vontade foi livre e desprovida de qualquer coação, concluindo-se o contrato isento de qualquer vício do consentimento.

Ademais, em que pese seja o Código de Defesa do Consumidor aplicável aos contratos bancários, cumpre aos interessados em revisar o contrato comprovar manifestamente a atuação abusiva da instituição financeira ou a excessiva onerosidade, com a indicação pontual dos encargos lesivos ao equilíbrio contratual, eis que, consoante entendimento pacificado no enunciado nº 381 da súmula da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas".

Desta forma, a incidência da legislação consumerista não implica a nulidade automática de cláusulas aparentemente abusivas, mesmo em contratos de adesão. O objeto do contrato, bem como suas cláusulas, são de conhecimento dos contratantes quando este é firmado, especialmente acerca dos encargos contratados. Desta feita, eventual abuso do agente financeiro deve restar plenamente comprovado, não se tratando, pura e simplesmente, de anular de plano as cláusulas apontadas como abusivas.

### **Caso Concreto**

Os fundamentos acima são suficientes para o desprovemento da apelação, e por estarem alinhados com a sentença da juíza federal Louise Freiburger Bassan Hartmann, transcreve-se trecho da fundamentação como razão de decidir, evitando-se com isso desnecessária tautologia:

### ***Caso Concreto***

*No caso concreto, a despeito da não apresentação do contrato e demais documentos pela CEF, a ação não merece acolhida. Isso ocorre porque a própria autora reconheceu, na petição inicial, que houve a contratação da conta corrente, alegando, contudo, que os seus encargos são inexigíveis porque: (a) o contrato é nulo, uma vez que ela foi "compelida" a abrir a conta corrente para obter empréstimo bancário; (b) a cobrança de encargos não se justifica, pois a autora não utilizou os serviços da conta corrente, limitando-se a usá-la para recebimento de benefício previdenciário.*

*Pois bem. Inicialmente, a tese de nulidade da contratação é manifestamente improcedente. A uma, porque a postulante arguiu a anulabilidade do negócio jurídico devido a vício na manifestação da vontade. Todavia, como a contratação ocorreu em 07/2013, em 07/2017 operou-SE a decadência do direito de pleitear sua anulação, conforme artigo 178 do Código Civil. Dessa forma, no ajuizamento da ação, em 06/05/2019, já havia ocorrido a convalidação do negócio jurídico.*

*Além da decadência, a tese de vício na manifestação da vontade veio completamente desacompanhada de qualquer suporte probatório, razão pela qual a autora não se desincumbiu, nesse tocante, do ônus probatório a ela imposto, na forma do artigo 373, I, do CPC.*

*Por fim, a não utilização dos serviços bancários não exime o correntista do pagamento dos respectivos encargos, pois eles foram objeto de contrato entre as partes e disponibilizados pela instituição financeira.*

*Consequentemente, diante da higidez dos encargos, deve-se rejeitar os pedidos para cancelamento de débito e condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.*

*Destarte, impõe-se o julgamento de improcedência dos pedidos*

De fato, o que foi trazido no recurso não é suficiente para alterar o que foi decidido na sentença, a qual, por estar em consonância com o entendimento desta relatora, vai mantida pelos seus próprios fundamentos.

Sem mais, fixa-se os honorários advocatícios em grau de recurso.

### **Honorários Advocatícios**

Tratando-se de sentença publicada já na vigência do novo Código de Processo Civil, aplicável o disposto em seu artigo 85 quanto à fixação da verba honorária.

Considerando a improcedência do pedido, as custas e os honorários ficam a cargo da parte autora, os quais ficam mantidos em 10% do valor da causa, devidamente atualizado, nos termos do inciso III do § 4º do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Ainda, levando em conta o trabalho adicional do procurador da CEF na fase recursal, a verba honorária fica majorada em 2%, forte no § 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Suspende-se a exigibilidade dos valores enquanto mantida a situação de insuficiência de recursos que ensejou a concessão da gratuidade da justiça, conforme o § 3º do artigo 98 do novo Código de Processo Civil.

### Dispositivo

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação.

---

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002104653v21** e do código CRC **a37b89c4**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA  
Data e Hora: 21/10/2020, às 11:24:33

---

**5006688-93.2019.4.04.7204**

**40002104653.V21**